



DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS PARA A FORMAÇÃO NO ENSINO SUPERIOR

Boletim da Faculdade Unina
Boletim Faculdade Unina V. 6, N. 1, 2024

Corpo Editorial

Sônia Maria Packer Hubler
Soeli Terezinha Pereira
Luis Gabriel Venancio Sousa

Revisão de Texto

Sônia Maria Packer Hubler
Luis Gabriel Venancio Sousa

Diagramação

Carolyne Eliz de Lima do Nascimento

Instituição

Faculdade Unina

Endereço

Rua Claudio Chatagnier, nº 112, Bacacheri
CEP: 82520-590

Telefone

(41) 3123-9000

Site

<https://www.unina.edu.br/>

Indicação de periodicidade

Semestral

Sumário

Os desafios contemporâneos para a formação no ensino superior EaD: um recorte na Faculdade Unina	Página 5
Letramento digital: educação orientada ao problema	Página 8
Inteligência artificial e os desafios contemporâneos para a formação no ensino superior	Página 10
Desafios na formação em gestão do agronegócio: preparando profissionais para um setor dinâmico	Página 12
Perspectivas e desafios na formação em gestão de cooperativas no ensino superior	Página 14
Os desafios e o itinerário da formação do licenciado em educação especial	Página 16
O impacto das tecnologias digitais e da inteligência artificial na educação e práticas de marketing: desafios e perspectivas futuras	Página 19
Educação a distância e o curso de letras libras: desafios e possibilidades	Página 21
Desafios na interação dos estudantes em aulas síncronas na educação a distância	Página 24
Desafios contemporâneos para a formação no ensino superior	Página 26
A política de educação superior e a formação profissional do serviço social	Página 28
Atitudes de racismo no contexto escolar: desafios para uma aprendizagem histórica significativa	Página 30
Aprofundando os desafios contemporâneos para a formação no ensino superior: uma perspectiva integrada	Página 32
Desafios para a formação docente nos cursos de licenciatura: breves reflexões	Página 34
Desafios do ensino superior à distância sob viés do curso superior de tecnologia em gestão pública	Página 37



Os desafios contemporâneos para a formação no ensino superior EaD: um recorte na Faculdade Unina

Nos últimos anos, tornou-se significativo o aumento da procura e oferta da Educação a Distância (EaD) no Brasil. Essa modalidade de ensino tem o intuito de levar o aprendizado para onde o estudante está, propondo uma educação adaptável ao seu ritmo de vida.

Normalmente, no ensino superior, cada estudante tem liberdade para estabelecer sua rotina, acessando, por exemplo, o portal

para estudos dependendo da sua própria organização. Em cada Ambiente Virtual (AVA), os estudantes têm acesso ao livro das disciplinas, videoaulas, podcasts e demais materiais, sendo acompanhados pelos chamados professores-tutores. Esses profissionais são responsáveis por questões pedagógicas, tirando dúvidas, fazendo correções de atividades, dando orientações sobre as atividades, conteúdos e uso da plataforma, enfim, construindo uma ponte pedagógica entre o

conhecimento e o acadêmico, durante a graduação.

Em março de 2024, os autores deste texto realizaram em Curitiba, uma pesquisa com os professores-tutores da Faculdade Unina, por meio da plataforma Forms. Como instrumento de coleta de dados, foi usado um questionário contendo duas perguntas fechadas, o qual foi encaminhado para os 32 professores-tutores da instituição. Desse total, 21 responderam, sendo eles de diferentes cursos: Pedagogia, Educação Física, Teologia, História, Letras, Gestão Pública, Administração, entre outros.

A primeira questão era: “Qual é o maior desafio encontrado por você, como professor-tutor, na formação no Ensino Superior EaD?. Nesse eixo, 12 dos respondentes apontaram a lacuna no aprendizado do acadêmico no Ensino Médio, ou seja, 57 % dos participantes acreditam que os estudantes chegam ao Ensino a Distância com defasagem no curso de nível médio. Em segundo lugar, ainda neste eixo, 19% indicaram a evasão como um grande desafio para a formação no Ensino Superior EaD.

Já, na segunda pergunta, “Qual é o maior desafio encontrado por você, como professor-tutor, na sua relação com os estudantes?”, tivemos um empate em relação à problemática. Do total, 23,5% responderam que é o “Desconhecimento prévio da/o estudante quanto ao uso das tecnologias de informação e comunicação - letramento digital”. Já a mesma quantia referiu as “Ideias equivocadas dos estudantes quanto à EaD: pagou passou, não precisa estudar...”, como o seu maior desafio em sua relação com os acadêmicos.

É importante destacar que a Faculdade Unina possui polos de apoio espalhados por todo o Brasil e que, possivelmente, ainda estamos recebendo os reflexos de antigos

currículos e propostas escolares anteriores a 2017, ano da homologação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que prevê as aprendizagens essenciais a serem trabalhadas nas escolas de todo o território brasileiro.

Segundo esse documento, o Ensino Médio deve garantir a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no Ensino Fundamental, atendendo às necessidades de formação geral indispensáveis ao exercício da cidadania, além de construir “aprendizagens sintonizadas com as necessidades, as possibilidades e os interesses dos estudantes e, também, com os desafios da sociedade contemporânea.” (p. 465)

Na mesma ótica, a BNCC registra o acréscimo para a aprendizagem do uso da tecnologia na educação, com a finalidade de ir além do manuseio dos dispositivos; tratando-se de capacitar as novas gerações a compreender, questionar e lidar criticamente com as complexidades do ambiente digital.

A modalidade de ensino de Educação a Distância tem como base a autonomia do estudante, a modo de promover a sua emancipação na sua trajetória acadêmica, gerando alguns critérios necessários para o seu curso, além do conhecimento básico prévio do uso adequado das tecnologias. Nesse aspecto, Sturzenegger (2017) sugere que:

O aluno dessa modalidade precisa ter perfil e características próprias: deve ser disciplinado e não necessitar de atenção constante. Entretanto, em um país extenso como o Brasil, onde muitos habitantes vivem longe dos grandes centros, nem sempre o estudante opta pela EaD por ter esse perfil, mas, sim, por questão de logística. (p. 41)

Convém ressaltar ainda que a tecnologia existe para servir, e não o contrário. Nessa lógica, a EaD vem para beneficiar um público

que tem sede de aprendizagem e de conhecimento, mas que necessita de se comprometer com a sua própria evolução acadêmica. O professor, por sua vez, precisa ter apreço pelo discente, procurando conhecer o perfil dos estudantes, para ajudá-los no objetivo de construir o conhecimento.

Júlio Corcino Rodrigues Mota Junior

Aline Pereira da Silva

REFERÊNCIAS:

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.

STURZENEGGER, Karen Freme Duarte. **Do pensamento de Paulo Freire: para uma ação mais humanizadora do professor na educação a distância**. Curitiba: InterSaberes, 2017.

TARDIF, Maurice; LESSARD, Claude. **O ofício de professor: história, perspectivas e desafios internacionais**. (tradução de Lucy Magalhães). 5. Ed – Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.



Letramento digital: educação orientada ao problema

Na contemporaneidade, com a tecnologia permeando praticamente todos os aspectos da vida, o conceito de letramento digital emerge como uma necessidade premente. Esse termo vai além da simples habilidade de usar dispositivos; trata-se de capacitar indivíduos a navegar de forma crítica e eficaz em um oceano de informações digitais. Nessa perspectiva, a educação orientada ao problema, isto é, ao letramento digital, se propõe a não apenas ensinar habilidades técnicas, mas também promover o pensamento crítico, a resolução de problemas e a ética digital.

O aumento de fontes de informações digitais, novas ferramentas, redes sociais, comunicadores instantâneos etc. impedem a captação de conteúdos de qualidade, como descreve João Flávio de Almeida (2021). As distrações causadas por esse conteúdo excessivo de distrações já criaram inúmeros casos cômicos ou constrangedores em que se manda a mensagem da família para o grupo de trabalho, ou o contrário, e não é possível apagar, criando o famoso “climão”. Todos que utilizam a internet para

trabalho ou estudo já deparam, vez ou outra, com uma página ou uma instrução pouco objetiva, ficando sem saber para onde ir nem voltar, o que poderíamos chamar de efeito surpresa ou novidade.

Romancini (2019) afirma que:

Pessoas altamente letradas poderão ter de aprender a viver nesse mundo em que as plataformas e os aparatos digitais, como o e-mail, o Twitter, o Facebook e o YouTube, são centrais à comunicação. É importante notar que essas possibilidades comunicativas envolvem, com novo protagonismo, além do texto, o áudio, o vídeo, a imagem estática e suas combinações.

Colin Lankshear e Michele Knobel (2012) ensinam que “discernir o que é novo, nessa nova ordem social e paradigmática, é uma tarefa relevante, mas exigente”, uma vez que requer dos atores a compreensão de que o “letramento digital faz parte de um conjunto maior de novos letramentos” (ROMANCINI, 2019). Infere-se, portanto, que o letramento tido

por tradicional – imprescindível, é bem verdade – não se sustenta per si nessa era de pós-modernidade na qual “não basta saber ler e escrever, é preciso também fazer uso do ler e do escrever, saber responder às exigências de leitura e de escrita que a sociedade faz continuamente (SOARES, 2012, p. 12 apud Freitas Gomes et al., 2022, p. 5).

Assim sendo, é imperioso que, aliado aos imprescindíveis métodos de educação tradicionais em que o letramento (resultado de uma ação) possa ser empregado em seu sentido mais amplo, aborde temas como o uso dessas novas tecnologias. Contudo, não apenas o estudante precisa passar por esse processo contínuo. Também se exige que o corpo docente, administrativo, coordenação etc. estejam abertos a reaprender, reconstruir e replicar tais conhecimentos.

Nesse sentido, é importante também conhecer os problemas relacionados ao aprendizado ou ensino, gerados pelo déficit ou ausência de conhecimento de novas tecnologias, trabalhando-as, em conjunto ou em separado, com o uso de metodologias pedagógicas aptas a produzir resultados eficazes e eficientes. É dizer em suma que a Educação a Distância é um desafio de aprendizado diário tanto para o corpo discente quanto para o corpo docente, considerando-se que as palavras de Guimarães Rosa - “Mestre não é quem sempre ensina, mas quem de repente aprende” -, sejam presentes no cotidiano pessoal e profissional daqueles que se dedicam ao ensino.

Cristiano Linhares

REFERÊNCIAS:

FREITAS GOMES, Sheila et al. **LETRAMENTO DIGITAL E O ENSINO A DISTÂNCIA: UM ESTUDO DE PERFIL DIGITAL DOS ALUNOS DA UNIVERSIDADE VIRTUAL DO ESTADO DE SÃO PAULO**. Revista Brasileira de Aprendizagem Aberta e a Distância, [s. l.], v. 21, n. 1, 2022. Disponível em: <https://abed.emnuvens.com.br/RBAAD/article/view/646>. Acesso em: 16 abr. 2024.

LANKSHEAR, Colin; KNOBEL, Michele. **Nuevas alfabetizaciones: tecnologías y valores**. Teknokultura. Revista de Cultura Digital y Movimientos Sociales, [s. l.], v. 9, n. 2, p. 307–336, 2012. Disponível em: <https://revistas.ucm.es/index.php/TEKN/article/view/48041>. Acesso em: 16 abr. 2024.

PIERRI. **Consumo excessivo de informações na internet pode impedir a captação de conteúdos de qualidade**. [S. l.], 2021. Disponível em: <https://jornal.usp.br/atualidades/consumo-excessivo-de-informacoes-na-internet-impede-a-captacao-de-conteudos-de-qualidade/>. Acesso em: 16 abr. 2024.

ROMANCINI, Richard. **Afinal, o que é letramento digital**. In: CENPEC. 26 mar. 2019. Disponível em: <https://www.cenpec.org.br/tematicas/afinal-o-que-e-letramento-digital>. Acesso em: 16 abr. 2024.



Inteligência artificial e os desafios contemporâneos para a formação no ensino superior

A Inteligência Artificial (IA) é uma área de estudo da ciência da computação que desenvolve algoritmos e sistemas capazes de realizar tarefas que normalmente exigiriam a inteligência humana (RUSSELL; NORVIG, 2010). Essa área tem impactado a sociedade em diversos campos, entre eles o da educação, provocando transformações tanto na forma de ensinar como na de aprender e, conseqüentemente, alterando o modo como as instituições atuam.

Na questão do ensino, um dos grandes desafios é a adaptação das instituições a essa nova realidade, proporcionando formação continuada ao professor para que ele incorpore a inteligência artificial como uma ferramenta complementar ao seu trabalho pedagógico, o que por si só já é bastante complexo, diante de um cenário de realidades tão diversas como as que caracterizam as instituições educacionais brasileiras, principalmente se pensarmos na modalidade a distância.

Entre os aspectos para a formação está a visão não reducionista da IA como uma ameaça, mas como um recurso pedagógico. De acordo com Alves

(2023), a IA não deve ser vista pelo professor como uma ameaça, uma vez que ela não o substitui, mas como um recurso auxiliar. O autor destaca a necessidade de uma formação docente crítica e reflexiva, que leve em consideração os impactos da IA na sociedade e na educação.

Para além dessa dificuldade, tem trazido bastante preocupação aos docentes, em especial no âmbito do ensino superior, o modo como os alunos utilizam essa tecnologia para a produção de trabalhos acadêmicos. Como a IA possibilita a geração de conteúdos de forma automatizada, alguns estudantes estão utilizando esses conteúdos e os apresentando como sendo de sua própria autoria, ignorando as implicações desse comportamento.

Nesses casos, um dos principais problemas trazidos pela utilização da IA não é o uso em si, mas a terceirização da autoria da produção por parte dos estudantes. Ações como essas reduzem o letramento acadêmico, simplificam a reflexão crítica de suas formações, bem como prejudicam ainda mais o aprendizado de componentes curriculares essen-

ciais para a futura atuação profissional.

Nesse sentido, destaca-se a importância do uso crítico e criterioso da ferramenta, principalmente como um auxílio na pesquisa e na produção acadêmica. Para que isso ocorra, sugerimos que as instituições proporcionem não apenas formação continuadas aos docentes, mas campanhas de orientações aos estudantes quanto ao uso responsável e consciente da IA.

Referentemente à questão da autoria, primeiramente, seria necessária a orientação aos alunos a respeito da importância da autenticidade e originalidade da escrita, conscientizando-os sobre as práticas éticas relacionadas à autoria do trabalho intelectual para garantir a honestidade e o valor do processo educacional.

Cabe salientar que não há volta quanto ao uso de IA na sociedade, logo, sua proibição não é um caminho possível. Dessa forma, (re)pensarmos ações docentes, pedagógicas e institucionais é urgente e necessário, a fim de que a educação, a escola e as instituições de ensino superior modernizem suas concepções de ensino, aderindo para isso a tecnologias que transformem os comportamentos sociais e os processos de ensino-aprendizagem de modo crítico, reflexivo e consciente.

Professor Luis Gabriel Venancio Sousa


Professora Sonia Maria Packer Hubler

REFERÊNCIAS:

ALVES, L. (Org.). (2023). **Inteligência artificial e educação**: refletindo sobre os desafios contemporâneos. Salvador: EDUFBA; Feira de Santana: UEFS Editora.

POZZEBON, Eliane; FRIGO, Luciana Bolan; BITTENCOURT, Guilherme. **Inteligência artificial na educação universitária**: quais as contribuições. Revista do Centro de Ciências da Economia e Informática da Universidade da Região da Campanha Urcamp, Editora da URCAMP-EDIURCAMP, v. 8, n. 13, p. 34-41, 2004.

RUSSELL, S., & NORVIG, P. (2010). **Artificial Intelligence**: A Modern Approach. Upper Saddle River: Prentice Hall.



Desafios na formação em gestão do agronegócio: preparando profissionais para um setor dinâmico

O Brasil destaca-se globalmente como um dos principais produtores e exportadores de alimentos, configurando o setor agropecuário como de suma importância para o crescimento econômico nacional ao longo das últimas décadas. Sendo assim, o Agronegócio tem sido uma força motriz na economia do país, contribuindo para as exportações e para o abastecimento alimentar, tanto no mercado interno quanto no internacional (MAGALHÃES et al., 2019).

Sob a ótica do mercado, o país é líder mundial na produção e exportação de diversos produtos. Esse cenário é atribuído a uma combinação de fatores, incluindo recursos naturais abundantes, avanços tecnológicos e investimentos em infraestrutura logística (COSTA; CAMELO, 2018).

Com base nesse panorama, verifica-se a indispensabilidade de profissionais no campo do Agronegócio para atender às demandas de um setor que se destaca como um dos pilares da economia nacional e internacional. Diante da posição proeminente do Brasil, a formação de gestores capacitados e especializados é de extrema importância para impulso-

nar ainda mais o desenvolvimento e a competitividade do setor (PAIM; ASSUNÇÃO, 2023).

No entanto, sob a ótica da Gestão do Agronegócio, os desafios contemporâneos para a formação no Ensino Superior assumem uma relevância particular, refletindo as complexidades e demandas específicas do setor. Afinal, é vital que haja a integração eficaz de conhecimentos técnicos e práticos, com uma compreensão abrangente das tendências do mercado agrícola e das questões de sustentabilidade ambiental.

Diante desse cenário, os gestores precisam estar preparados para lidar com aspectos multifacetados, que vão desde a produção e a logística até a comercialização e a distribuição, considerando os impactos ambientais e sociais de suas atividades.

Na atualidade, uma das grandes dificuldades diz respeito à preparação dos alunos para um mercado de trabalho em constante evolução, no qual as habilidades de liderança, tomada de decisão ágil e assertiva e resolução de problemas são altamente valorizadas. Em decorrência disso, é fundamental

adaptar-se rapidamente às mudanças, identificar oportunidades de negócios e desenvolver estratégias inovadoras para enfrentar as adversidades do setor (SANTOS, 2024).

Outro desafio significativo é a necessidade de promover uma cultura de inovação e empreendedorismo, em que os profissionais estejam preparados para pensar de forma criativa, buscando soluções inovadoras para os problemas enfrentados, seja na adoção de novas tecnologias agrícolas, seja no desenvolvimento de produtos sustentáveis ou na exploração de novos mercados e oportunidades de negócios (SENNA; SOUZA, 2022).

Diante do exposto, verifica-se que os desafios contemporâneos para a formação no Ensino Superior demandam uma abordagem holística e orientada para o futuro, que promova a excelência acadêmica, a diversidade e a inclusão, voltadas à preparação para o mercado de trabalho. Por isso, as instituições de Ensino Superior devem atuar na formação de profissionais capacitados e cidadãos engajados, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e o progresso da sociedade.

Prof. Dr. Gustavo Oliveira

REFERÊNCIAS:

COSTA, A. C. R.; CAMELO, G. L. P. A inserção do potencial exportador ocioso no mercado internacional: Perspectivas e desafios na geração de trabalho e renda. **Empírica BR-Revista Brasileira de Gestão Negócio e Tecnologia da Informação**, v. 1, n. 1, p. 166-203, 2018.

MAGALHÃES, L. C. G.; TOMICH, F. A.; SILVEIRA, F. G. Competitividade e políticas públicas para o agronegócio brasileiro: Desafios e perspectivas. **Indicadores Econômicos FEE**, v. 26, n. 4, p. 196-217, 2019.

PAIM, R. Q. C.; ASSUNÇÃO, G. M. Panorama do agronegócio exportador brasileiro. **Revista Científica Multidisciplinar**, v. 4, n. 7, 2023.

SANTOS, A. F. Tendências e Desafios. Um estudo das percepções dos produtores rurais e representantes da agroindústria sobre o futuro do agronegócio brasileiro. **Revista Competitividade e Sustentabilidade**, v. 10, n. 1, p. 81-104, 2024.

SENNA, L. H. S.; SOUZA, J. C. Agronegócio Brasileiro: Desafios e Oportunidades para a Atuação do Administrador. **Id online Rev. Psic.** V.16, 60, p. 646-661, 2022.



Perspectivas e desafios na formação em gestão de cooperativas no ensino superior

O cooperativismo é um modelo econômico e social baseado na cooperação, solidariedade e autogestão, no qual pessoas se unem voluntariamente para alcançar objetivos comuns. No contexto atual, o cooperativismo atua em diversos setores, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico e a inclusão social em muitos países ao redor do mundo (GREGOLIN; SOUZA, 2021).

No Brasil, o cooperativismo também desempenha um papel de suma importância no panorama econômico e social. Com uma história que remonta ao início do século XX, as cooperativas brasileiras estão presentes em uma variedade de setores, na geração de empregos, no desenvolvimento rural e na inclusão financeira e social (SILVA; NUNES, 2023).

Sob a perspectiva do curso de Gestão de Cooperativas, os desafios contemporâneos para a formação no Ensino Superior são moldados por questões específicas relacionadas ao funcionamento e gerenciamento dessas organizações coletivas. Um ponto

central é a necessidade de preparar os alunos para lidar com as demandas complexas e dinâmicas do ambiente cooperativista, que incluem aspectos administrativos, financeiros, sociais e legais. Além disso, os gestores precisam desenvolver competências sólidas em gestão de pessoas, liderança, governança corporativa e tomada de decisão participativa, para garantir o sucesso e a sustentabilidade das cooperativas em um mercado competitivo (MACHADO et al., 2023).

Outra questão importante diz respeito ao desafio de promover uma compreensão profunda dos princípios e valores cooperativistas entre os alunos, conduzindo a um aprendizado colaborativo, baseado na solidariedade, democracia, igualdade e participação, que são os pilares do movimento cooperativista. Tais aspectos corroboram para que os profissionais estejam comprometidos com a missão e os objetivos das cooperativas, buscando promover o desenvolvimento econômico e social das comunidades (DELAÍ, 2022).

Com base nesses princípios, destaca-se a necessidade de acompanhar as mudanças no contexto econômico, social e tecnológico, e adaptar constantemente os currículos e as metodologias de ensino para atender às demandas do mercado e às necessidades das cooperativas. Tais desdobramentos incluem a integração de novas tecnologias de informação e comunicação, a incorporação de práticas de gestão sustentável e responsabilidade social corporativa (LEOPOLDINO, 2021).

Diante do exposto, os desafios contemporâneos para a formação no Ensino Superior no curso de Gestão de Cooperativas exigem uma abordagem holística e integrada, que combine conhecimentos técnicos, habilidades de gestão e uma compreensão profunda dos princípios e valores cooperativistas. Sendo assim, os profissionais devem atuar na promoção da economia solidária e na construção de um modelo de desenvolvimento mais justo, inclusivo e sustentável.

Prof. Dr. Gustavo Oliveira

REFERÊNCIAS:

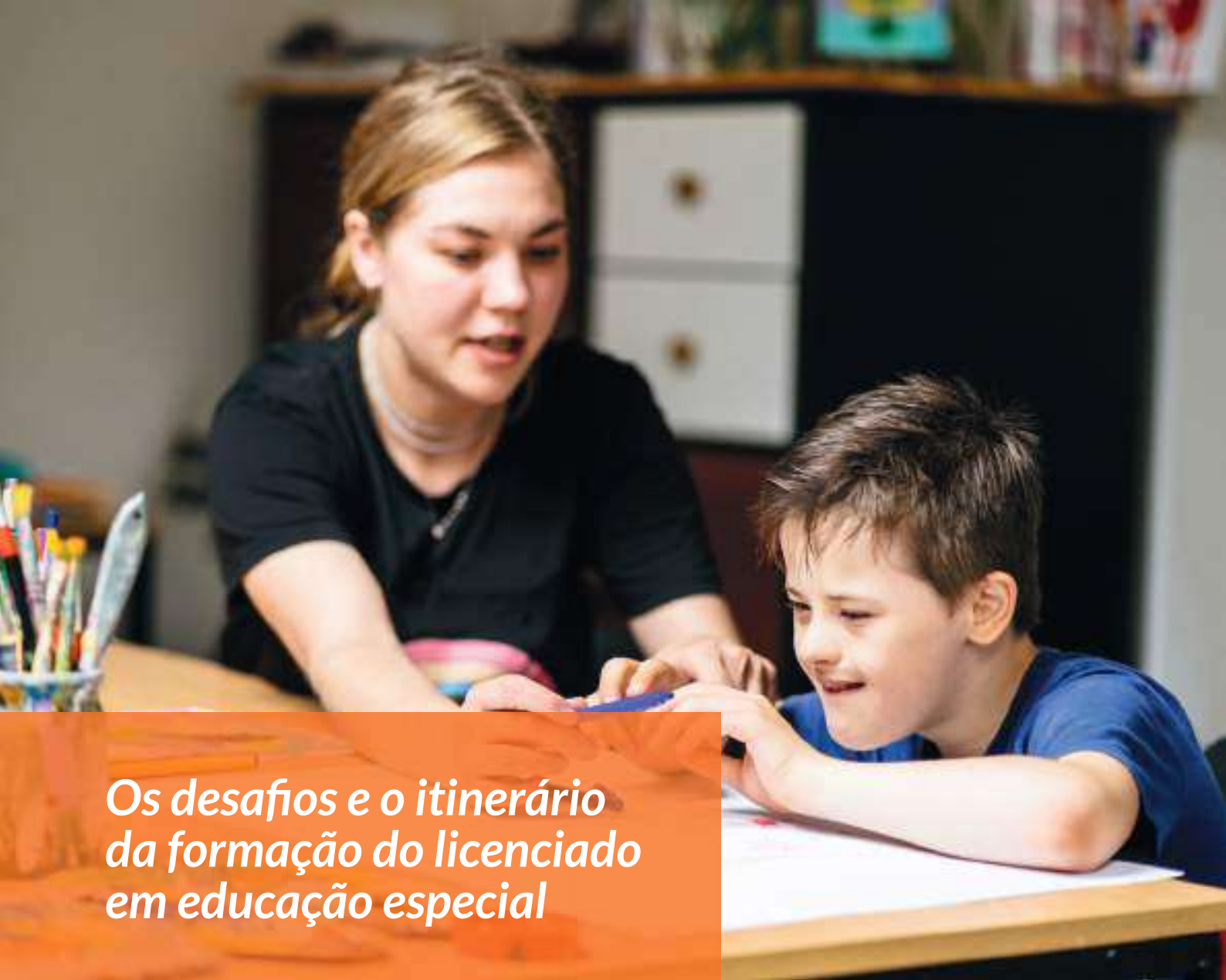
DELAI, A. P. D. **Análise de desempenho econômico e social do cooperativismo no agronegócio**: (1 ed.). Bookwire - Editora Dialética, 2022. Disponível em: <https://elibro.net/pt/lc/unina/titulos/231940>

GREGOLIN, M. R. P.; SOUZA, R. S. **Da origem à cisma**: O cooperativismo agrícola brasileiro e o dualismo representativo. *Revista da Geografia do Trabalho*, v. 22, n. 2, 152-184, 2021.

LEOPOLDINO, C. J. **Do cooperativismo à cooperação**: experiências contemporâneas da cooperação vivida: (1 ed.). Bookwire - Editora Dialética, 2021. Disponível em: <https://elibro.net/pt/lc/unina/titulos/196375>

MACHADO, M. M.; DALFOVO, M. S.; KRAETZER, C. H. H. Capacidades dinâmicas de inovação no cooperativismo de crédito. *Revista Interdisciplinar Científica Aplicada*, Blumenau, V.17, n.º 2, p.93-119. TRI II 2023.

SILVA, R. M. A.; NUNES, E. M. H. **A agricultura familiar e cooperativismo no Brasil**: uma caracterização a partir do Censo Agropecuário de 2017. *Rev. Econ. Sociol. Rural*, v. 61, n.2, 2023.



Os desafios e o itinerário da formação do licenciado em educação especial

A educação especial pode ser caracterizada como

Processo educacional definido por uma proposta pedagógica que assegure recursos e serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentam necessidades educacionais especiais, em todas as etapas e modalidades da educação básica. (BRASIL, 2001, p. 1).

A formação do licenciado em Educação Especial no ensino superior enfrenta uma série de desafios em um contexto contemporâneo em constante evolução. Esse campo crucial da educação exige uma abordagem multidisciplinar e sensível às necessida-

des individuais dos alunos com deficiência, visando garantir sua inclusão e participação plena na sociedade. Pensando nesse sentido, uma das principais características e até mesmo desafio que precisam ser pensados é a formação do estudante que será um futuro docente, o qual atuará com o público-alvo da educação especial. Nesse sentido, Silva comenta que,

Na sua formação inicial, nos cursos de licenciatura, os professores devem ser preparados para compreender e assumir o processo de inclusão de alunos com NEE, tornando-se aptos para organizar seu planejamento e executar suas atividades, proporcionando a interação dos mesmos e promover sua socialização com os colegas de turma [...] Um curso de licenciatura dificilmente prepara o professor para lidar com as diversas situações que irá

enfrentar e a formação dada é básica, mas não suficiente (2018, p. 14-15).

Outro desafio é a necessidade de atualização constante do currículo para refletir os avanços na compreensão das necessidades dos alunos com deficiência e as melhores práticas de ensino. Com a rápida evolução das políticas de inclusão e tecnologias assistivas, os programas de formação precisam estar atentos às últimas pesquisas e desenvolvimentos no campo, garantindo que os licenciados estejam adequadamente preparados para enfrentar as exigências do ambiente escolar.

Além disso, a diversidade de necessidades dos alunos com deficiência requer uma abordagem individualizada na formação dos licenciados em Educação Especial. Os programas precisam equipar os futuros professores com habilidades para identificar e atender às necessidades específicas de cada aluno, promovendo assim uma educação verdadeiramente inclusiva e centrada no aluno. Pensando nessa demanda, o Curso de Licenciatura em Educação Especial da Unina está organizado em cinco eixos temáticos, para suprir tal necessidade e demanda de formação.



Fonte: Desenvolvido pelos autores

O Eixo de Formação docente concentra-se na preparação e desenvolvimento dos futuros profissionais da educação especial, abordando aspectos fundamentais da formação de professores. Nesse eixo, são contempladas disciplinas que se voltam para o campo da didática, da história da educação, da avaliação educação em contextos inclusivos, entre outras.

No eixo Deficiências, Transtornos do Neurodesenvolvimento e Altas Habilidades e Superdotação, os alunos exploram as diferentes dimensões da diversidade humana e suas implicações na prática educacional. Eles estudam as características, necessidades e potencialidades de alunos com deficiências físicas, sensoriais, intelectuais e múltiplas, bem como de estudantes com transtornos do espectro autista (TEA), transtorno do déficit de atenção com hiperatividade (TDAH), dislexia, entre outros. Além disso, são abordadas estratégias de identificação, avaliação e intervenção para alunos com altas habilidades e superdotação.

O Eixo Metodologias de Ensino, Práticas Pedagógicas e Adaptações Curriculares, em consonância com a BNCC, focaliza as estratégias de ensino, métodos pedagógicos e adaptações curriculares necessárias para atender às demandas da Base Nacional Comum Curricular de forma inclusiva. Os acadêmicos exploram abordagens didáticas que promovam a participação ativa de todos os estudantes, considerando suas características individuais e necessidades específicas de aprendizagem. Além disso, são discutidas práticas de avaliação formativa e adaptações curriculares para garantir o acesso, a permanência e o sucesso dos alunos na escola.

No Eixo Organização e Gestão da Educação, os estudantes investigam aspectos relacionados à gestão escolar e organizacional em contextos inclusivos, explorando políticas educacionais, legislação vigente, modelos de gestão participativa. A ênfase é dada à promoção de uma cultura inclusiva nas instituições de ensino, visando garantir o acesso equitativo, a qualidade e a efetividade dos serviços educa-

cionais para todos os alunos.

No eixo Transversalidades em Educação, aborda-se temas interdisciplinares e transversais que permeiam a prática educativa inclusiva. Os alunos investigam questões sociais, culturais, históricas e políticas relacionadas a diversidade, equidade, inclusão, direitos humanos e cidadania. Trata também sobre questões ambientais e relações étnico-raciais e direitos da criança e do adolescente.

A formação do licenciado em Educação Especial no ensino superior enfrenta uma série de desafios complexos. No entanto, com o compromisso contí-

nuo das instituições de ensino, dos governos e da sociedade em geral, é possível superar esses desafios e garantir que todos os alunos, independentemente de suas habilidades ou deficiências, recebam uma educação de qualidade e inclusiva.

Me. Gustavo Thayllon França
Me. Cristina Klug

REFERÊNCIAS:

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.** CNE/CEB Nº 2, DE 11 DE SETEMBRO DE 2001.

SILVA, F. M. F. **Educação Inclusiva na Formação Inicial do Pedagogo:** O que dizem os Discentes e os Trabalhos de Conclusão de Curso em uma IES Pública Federal. 2018. 63 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura)-Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2018.



O impacto das tecnologias digitais e da inteligência artificial na educação e práticas de marketing: desafios e perspectivas futuras

O cenário da educação em marketing está passando por uma rápida transformação, impulsionada pelos avanços nas tecnologias digitais e pela crescente quantidade de dados disponíveis. Essa mudança está exigindo dos acadêmicos de marketing uma adaptação contínua para lidar com os desafios emergentes, conforme destacado por Ye, Kim e Cho (2023).

O ritmo acelerado da disrupção digital na indústria atual demanda uma reflexão sobre como reduzir a lacuna entre a teoria e a prática no ensino de marketing, como apontado pelo American Marketing Association - AMA (2023).

Segundo as previsões de Crittenden (2023), a próxima década trará mudanças significativas na educação em marketing, com destaque para o crescimento contínuo da aprendizagem online, a personalização da educação como norma, a globalização do ensino, o papel do professor continuará mudando, a aprendizagem será para toda vida e por competência. Essas tendências indicam uma nova era na educação, na qual modelos disruptivos, como “ensino por assinatura”, estão remodelando a forma como as pessoas aprendem ao longo da vida.

Além disso, a inteligência artificial (IA) está emergindo como uma ferramenta poderosa, tanto no

campo profissional quanto no educacional. Profissionalmente, a IA está sendo usada para melhorar estratégias de marketing, prever comportamentos do consumidor e impulsionar o crescimento da receita (AMA, 2023). Por outro lado, na área educacional, a IA oferece oportunidades para personalizar a aprendizagem, enriquecer experiências em sala de aula e reduzir a carga de trabalho dos educadores (AMA, 2023).

Diante desse cenário em constante evolução, é imperativo que os educadores de marketing se mantenham atualizados sobre as práticas profissionais e estejam preparados para integrar a IA ao currículo de ensino.

Ao enfrentar os desafios e explorar as oportunidades oferecidas pela tecnologia digital e pela IA, os educadores podem liderar a inovação no ensino de marketing e preparar os futuros profissionais em termos de competências/habilidades necessárias para ter sucesso em um ambiente empresarial em constante transformação.

Jacqueline Laurindo da Silva

REFERÊNCIAS:

AMERICAN MARKETING ASSOCIATION. **Transform Your Marketing Challenges into Opportunities**. 2023. Disponível em: <https://www.ama.org/2023/09/12/transform-your-marketing-challenges-into-opportunities/>.

CRITTENDEN, V. L. **Predictions for the next decade in marketing education**. *Journal of Marketing Education*, 45 (1), 87-101, 2023. <https://doi.org/10.1177/0273475319866352>.

YE, C.; KIM, Y.; CHO, Y. N. **Digital Marketing and Analytics Education: A Systematic Review**. *Journal of Marketing Education*, 46 (1), 32-44, 2023. <https://doi.org/10.1177/02734753231166414>.



Educação a distância e o curso de letras libras: desafios e possibilidade

A inclusão, seja ela educacional ou social, fez com que a comunicação entre surdos e ouvintes passasse a ser um fator importante para as ações com vistas à acessibilidade. Nesse contexto, o curso de Letras Libras oferece formação superior para quem deseja atuar como docente na disciplina de Libras, como professor bilíngue ou como tradutor/intérprete, dependendo da habilitação em licenciatura ou bacharelado.

Paralelamente a isso, a Educação a Distância é hoje uma realidade que possibilita aos estudantes flexibilidade de horário para estudo, economia de tempo e dinheiro, autonomia e interação por meio das plataformas digitais. No entanto, muitos ainda têm a percepção de que há comprometimento na qualidade do processo de ensino-aprendizagem e na formação integral.

Certamente, a Educação a Distância apresenta desafios e merece reflexões, mas as experiências implementadas no curso podem ser significativas e relevantes para uma formação consistente e integral. Quer saber um pouco mais sobre isso? Acompanhe conosco.

O primeiro aspecto a ser apontado é o reconhecimento do caráter visuoespacial da língua de sinais (LS). Vários linguistas já comprovaram que as línguas de sinais são línguas legítimas, naturais das comunidades surdas e que se desenvolvem espontaneamente pela interação de seus falantes. Ressalta-se, aqui que se considera comunidade surda tanto os surdos como os ouvintes proficientes, isto é, todos os que se comunicam pela LS.

Nesse sentido, o desenvolvimento tecnológico possibilitou aos surdos e a todos os sinalizantes, acesso a recursos que contemplam suas especificidades comunicativas. Pelos meios digitais, os surdos podem comunicar-se de forma autônoma pela sua língua natural, seja por meio de registros gravados ou por interações ao vivo, como nas ligações/chamadas por vídeo.

Outro ponto a ser abordado se refere à característica geográfica do Brasil, que se traduz em uma nação continental, de grandes dimensões. Que outra maneira teríamos de conversar com pessoas de regiões tão distantes de forma rápida e direta, a não ser por meio da inclusão digital? As cartas poderiam levar dias ou semanas para chegar aos destinatários, mas, hoje, as mensagens são entregues em segundos.

E o terceiro e último tópico a ser abordado diz respeito à possibilidade de interação. Do mesmo modo que se mencionou sobre as distâncias físicas entre as cidades brasileiras, muitas delas são pequenas e com baixo índice populacional. Isso reflete diretamente na comunidade surda, pois há várias localidades com um número extremamente reduzido de surdos. Somado a isso, há variação na faixa etária. Uns ainda crianças, outros adultos ou idosos, e que têm não somente interesses, mas necessidades diferentes.

Diante dessa realidade, apresentam-se dois desafios: a heterogeneidade da faixa etária e a falta de pares para interação na língua de sinais. A comunicação fica comprometida pela própria dificuldade na aquisição da língua de sinais, que acaba não sendo sistematizada, mas sim usada por meio de sinais caseiros.

No entanto, cada um dos três aspectos evidenciados acima pode ser amplamente compreendido como características favoráveis para o curso superior de Letras Libras na modalidade a distância. Vale lembrar que, mesmo sendo um curso EAD, há exigência legal de atividades presenciais e práticas de 400 horas.

Nesse cenário, o curso de Letras Libras inova por meio de sua organização curricular, que é composta pelas disciplinas teóricas, que fundamentam os processos pedagógicos de ensino e de aprendizagem, a educação de surdos, bem como, a gramática da Libras. E, como diferencial, oferta-se aos estudantes uma imersão linguística para aprendizado da língua de sinais através de aulas síncronas com proposições sinalizatórias de cunho prático.

Assim, a EAD vem ao encontro de uma perspectiva inclusiva na qual a instituição se consolida com o objetivo de contemplar o perfil do estudante dentro do contexto social no qual está inserido, por meio de um experiências significativas que promovam o aprendizado com qualidade. Isso é possível por meio da atuação dos professores bilíngues do curso, que exploram a especificidade visual da língua de sinais e promovem aulas interativas, que suprem tanto as necessidades de aplicação prática dos conteúdos apresentados nas videoaulas, como possibilitam a conversação entre os estudantes para que possam suprir as possíveis carências comunicativas provenientes da falta de pessoas surdas sinalizantes em suas localidades.

Portanto, o curso de Letras Libras permite o aprendizado e/ou aperfeiçoamento da comunicação em língua de sinais, tendo a tecnologia como aliada, já que, por meio das mídias, pode-se visualizar, ler, gravar, retomar, selecionar, reproduzir e comuni-

car-se diretamente com professores e colegas surdos e ouvintes, podendo dialogar, debater e esclarecer dúvidas.

O estudante deixa de ser um receptor passivo e passa a membro ativo e engajado no seu percurso de formação acadêmica. Estar conectado é uma prioridade, pois isso significa ter acesso, vivência e uma amplitude de informações que se alinham ao presente e ao futuro.

Liliane Assumpção de Oliveira

REFERÊNCIAS:

BARONI, L. L., Apesar do potencial, EAD ainda no atrai deficientes. Disponível em: <http://www.abed.org.br/site/pt/midiateca/clipping_abed/908/apesar_do_potencial,_ead_ainda_ao_atrai_deficientes>.

ESTRADA, Manuel. Comunidade surda, seus direitos e Educação por meio de Libras. Fatima Buregio – Jusbrasil. 2018. Disponível em: <<https://fatimaburegio.jusbrasil.com.br/artigos/655241140/comunidade-surda-seus-direitos-e-educacao-por-meio-de-libras>>.

MARTINS, L.M.N.; LINS, H.A.M. Tecnologia e educação de surdos: possibilidades de intervenção. Nuances, Presidente Prudente, v.26, nº 2, maio/ago. 2015.

NASCIMENTO, G.V.S.; SANTOS, R. Educação, Inclusão e TIC: o uso da tecnologia da informação e comunicação como recurso para inclusão de deficientes auditivos. VII Encontro da Associação Brasileira de Pesquisadores em Educação Especial, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/handle/prefix/641>

QUADROS, R.M. Estudos Surdos III (Organizadora) – Petrópolis, RJ: Arara Azul, 2008.



Desafios na interação dos estudantes em aulas síncronas na educação a distância

Devido aos desafios inerentes ao desenvolvimento integral dos estudantes do ensino superior, há uma crescente demanda por modalidades de aprendizagem que sejam mais flexíveis. No entanto, muitos estudantes enfrentam dificuldades em aproveitar plenamente as oportunidades de aprendizagem devido a restrições relacionadas ao espaço e tempo.

A implementação de metodologias de aprendizagem que combinem pesquisa e prática na aprendizagem síncrona emerge como uma resposta para mitigar esses desafios, permitindo a ampliação das oportunidades de aprendizagem e o suporte à flexibilidade aos estudantes. No entanto, é importante ressaltar que a aplicação dessas metodologias pode variar dependendo do contexto educacional específico (LI et al., 2022).

A modalidade de ensino a distância pode trazer sentimentos de solidão e baixa motivação. Nesse sentido, a aprendizagem síncrona também deve ser concebida para apoiar o diálogo entre os estudantes.

Uma pesquisa desenvolvida por Oberg et al. (2019), na Dinamarca, aplicou um questionário a 37 profes-

sores de bacharelado para investigar a relação entre a interação em aulas síncronas e a satisfação dos estudantes em relação ao curso. A pesquisa revelou que há uma correlação entre as interações dos estudantes no curso e a impressão geral deles sobre o curso, em que um elevado grau de interações dos alunos em aulas síncronas resulta em uma satisfação mais positiva.

Evidentemente, a interação é um elemento essencial no processo de aprendizagem e um fator-chave para garantir a alta qualidade do ensino a distância. A interação em aulas síncronas fomenta o diálogo entre estudantes e professores nos ambientes virtuais. Fabriz et al. (2021) realizaram uma pesquisa que coletou dados de 3.056 estudantes de uma universidade alemã. Os alunos com metodologias em ambientes síncronos relataram atividades mais centradas em grupo, em comparação aos de ambientes assíncronos. Além disso, os estudantes em ambientes síncronos declararam maior apoio para o desenvolvimento de suas habilidades de comunicação e relacionamento, bem como uma maior satisfação geral com o período de aulas síncronas em comparação com os estudantes em ambientes

assíncronos.

Percebe-se que os métodos de ensino que envolvem aulas síncronas diferem no que diz respeito ao seu potencial para apoiar a interação social dos estudantes. A aula síncrona, além de melhorar a qualidade do ensino, proporciona maior satisfação das necessidades psicológicas como autonomia, competência e relacionamento.

A qualidade e os resultados positivos de ensino dos professores em aulas síncronas necessitam da consideração de alguns fatores: escolha da plataforma a ser utilizada, proposta da aula síncrona ou web-conferência, conteúdo a ser ministrado e nível de participação dos estudantes. Para superar as barreiras de pouca participação dos estudantes, a aula não deve apenas ser uma interação entre professor e estudantes, mas envolver reflexão, compartilhamento de experiências e troca de ideias.

Outra dificuldade encontrada para o professor proporcionar o engajamento em grupo é a falta de gerenciamento de tempo, principalmente quando os estudantes enfrentam outras demandas pessoais ou profissionais que competem com suas responsabilidades acadêmicas. Entre as estratégias para

superar essas dificuldades na modalidade síncrona estão: desenvolvimento de um cronograma com antecedência, orientações sobre a gestão do tempo, apresentação dos objetivos das aulas e, principalmente, mostrar como os conteúdos técnicos abordados de forma prática na aula estão relacionados com situações reais do ambiente de trabalho.

O cenário educacional está em evolução, transitando da visão do professor como transmissor de informações para uma função ativa de facilitador do processo de aprendizagem (OLIVEIRA, 2022). Portanto, o debate persiste diante das metodologias mais adequadas para estudantes, professores e instituições de ensino superior (IES).

É necessário adaptar estratégias que possibilitem a promoção da interação no ensino e a construção do conhecimento. O uso de aulas síncronas requer métodos que considerem tanto as tecnologias utilizadas quanto as práticas docentes empregadas.

Luciane Silva Franco

REFERÊNCIAS:

FABRIZ, S. et al. Impact of Synchronous and Asynchronous Settings of Online Teaching and Learning in Higher Education on Students' Learning Experience During COVID-19. **Frontiers in Psychology**. V.12, n.1. 2021.

LI, X. et al. Applying blended synchronous teaching and learning for flexible learning in higher education: an action research study at a university in Hong Kong. **Asia Pacific Journal of Education**, v. 41, n.2, p.211-227, 2022.

OBERG, L. M. Interaction and Group Work in Blended Synchronous Higher Education: Exploring Effects on Learning Outcomes, Satisfaction and Retention. **18th European Conference on e-Learning (ECEL)**, 2019.

OLIVEIRA, E. T. de. **Como escolher tecnologias para educação a distância, remota e presencial**. São Paulo: Blucher, 2022.



Desafios contemporâneos para a formação no ensino superior

Como coordenador de curso, é importante discutir alguns dos desafios atuais que são enfrentados no ensino superior. Embora tenhamos conhecimento de que nosso objetivo é ministrar uma excelente formação aos nossos alunos, acaba sendo difícil quando consideramos alguns obstáculos da atualidade. Nesse sentido, pensando no contexto do curso bacharelado em Administração da Faculdade Unina, destaquei alguns pontos que são importantes e que valem a reflexão. São eles: tecnologia e relevância do currículo; empregabilidade dos graduandos; internacionalização; e saúde mental.

Quando se pensa em análise de currículo nos dias atuais, deve-se pensar sobre como envolver habilidades atreladas à tecnologia como uma forma de incrementar o currículo dos estudantes. Assim, é de extrema importância conscientizar os estudantes a participarem de eventos, atividades, fóruns de discussão e afins, para enriquecer seu nível de experiência em determinada área.

A parte teórica abordada em aula precisa ser estimulada em outras frentes, principalmente com o conhecimento e uso de ferramentas que estimulem o desenvolvimento de habilidades relevantes para que o estudante consiga estar atualizado para o mercado de trabalho atual. Ter em mente que o mercado de trabalho é constantemente moldado com base na tecnologia é fundamental para o bom direcionamento e atualização em cursos de graduação.

No que se refere à empregabilidade, este está diretamente associado ao ponto anterior. Para além disso, é necessário observar que um bom direcionamento ao estudante ajuda na identificação de suas habilidades. Muitos(as) alunos(as) têm dificuldade em identificar seu próprio talento, dificultando sua inserção no mercado de trabalho.

Em razão de o curso de Administração ser amplo e envolver diferentes áreas, torna-se fundamen-

tal esse olhar para com o estudante. Assim, o foco está em integrar experiências práticas e habilidades profissionais por meio da divulgação de novas ferramentas e oportunidades de participação em eventos.

O tema internacionalização pode ser tratado como um incentivo na pesquisa. Sabe-se que aprender uma segunda língua é um processo árduo e que exige prática. Assim, os grupos de pesquisa podem auxiliar os acadêmicos na leitura de artigos científicos em inglês, por exemplo, como uma forma de conscientizá-los sobre o valor dessa habilidade. Além disso, permite que outros pesquisadores, de diferentes locais do mundo, sejam valorizados no meio.

Por fim, a saúde mental, nos últimos anos, tem seu valor em diferentes mesas de debates. Com base

nisso, existem preocupações cada vez mais urgentes nas instituições de ensino superior, com taxas crescentes de ansiedade, depressão e outros problemas de saúde mental entre os estudantes. Conduzir uma boa empatia na comunicação com os estudantes, principalmente para o contexto da modalidade de ensino EaD é essencial para reduzir a evasão dos(as) alunos(as).

Enfrentar esses desafios não é uma tarefa fácil, mas estou confiante de que, trabalhando juntos, podemos encontrar soluções que beneficiem nossos(as) alunos(as) e nossa instituição como um todo.

Mayara Muller

REFERÊNCIAS:

Arar, K., Chen, D. (2021). **The Future of Higher Education: A New Paradigm Shift Addressing Students' Diversity**. In: van't Land, H., Corcoran, A., Iancu, DC. (eds) *The Promise of Higher Education*. Springer, Cham. https://doi.org/10.1007/978-3-030-67245-4_55

Bok, D. (2003). **Universities in the Marketplace: The Commercialization of Higher Education**. Princeton University Press. <http://www.jstor.org/stable/j.ctt7svxh>



A política de educação superior e a formação profissional do serviço social

A atual Lei Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9394/96) traz como finalidade da Universidade a criação de conhecimento novo e a disseminação desse conhecimento através da junção de ensino, pesquisa e extensão, levando em conta as exigências da sociedade, geradas por suas próprias transformações, em um mundo em constantes mudanças. No entanto, é importante distinguir ensino de Educação para que o direcionamento da Educação não seja um mero treinamento, capacitação ou reciclagem, desconsiderando-a enquanto espaço de construção de conhecimento, o saber pensar; o aprender a apreender; a reconstrução constante; a aprendizagem emancipatória e a pesquisa.

Essa perspectiva obriga-nos, portanto, a pensar questões de formação profissional, uma vez que a formação, a avaliação institucional, as definições conceptuais relacionadas com o ensino pela investigação ou simplesmente com o ensino são discussões que atravessam tanto o processo de formação,

como o cotidiano profissional, aqui, em especial, do Serviço Social.

No que se refere à formação e atuação profissional do Serviço Social na realidade brasileira, constata-se que historicamente foi condicionada por processos ideológicos de ajustes sociais, em que nem sempre havia um mesmo direcionamento, ficando inclusive por muito tempo sem ter projeto de profissão e de formação profissional, servindo única e exclusivamente aos interesses do sistema capitalista.

O movimento realizado pela categoria dos/as assistentes sociais, que seria contrário a esse posicionamento da formação e exercício profissional, só ocorreu nos anos de 1990, a partir de um amplo movimento da categoria profissional. Esse movimento teve início na década de 1980 e deu origem à nova Lei de Regulamentação da Profissão de 1993 (8.662), ao Código de Ética de 1993 e às Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996, que trazem con-

sigo conhecimentos para uma reflexão ética, com base na democracia e na liberdade como pressuposto fundamental para a construção de uma nova ordem societária que se oponha à discriminação e à exploração do próprio sistema capitalista, bem como do processo de socialização.

Essa posição das Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) apresenta elementos para o reconhecimento por parte dos/as assistentes sociais do produto do seu trabalho profissional em suas implicações materiais, ideológicas e econômicas. Considera que o processo de trabalho do assistente social se dá como qualquer trabalho, em um movimento que pressupõe matéria-prima, os meios de trabalho e o produto final, tendo como foco central as expressões da questão social.

A formação profissional deve objetivar um processo de ensino-aprendizagem voltado “para uma inserção crítica no mercado de trabalho, superando

o mero ensino profissionalizante e tecnicista, que apenas produz e repõe força de trabalho para o mercado capitalista” (GUERRA, 2013). Para isso, se faz necessária a consolidação de um projeto de formação profissional crítica, que, frente aos interesses de classes, possibilite a reafirmação de um projeto profissional e a defesa de um ensino superior voltado aos interesses da classe trabalhadora (ALMEIDA; ALENCAR, 2011).

Por fim, diante das questões que atravessam a Política de Educação Superior e que vêm trazendo rebaixamentos na formação profissional do/a Assistente Social, um dos grandes desafios contemporâneos se encontra na exigência cotidiana de apreensão crítica sobre a organização socioeconômica da realidade brasileira atual e seus reflexos nas relações sociais.

Rafael Garcia Carmona

REFERÊNCIAS:

ABESS/CEDEPSS. **Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social**. Cadernos ABESS, n. 7, São Paulo: Cortez, 1997.

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de; Alencar, Mônica Maria Torres de Alencar. **Serviço Social, trabalho e políticas públicas**. São Paulo: Saraiva, 2011.

BRASIL, Lei n.º 9394 de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional**, LDB. 9394/1996. Presidência da República, Casa Civil, Brasília, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 19 fev. 2024.

GUERRA, Yolanda. **Formação Profissional em Serviço Social: Polemicas e Desafios**. In. SILVA, J. F. S; SANT`ANA, R. S; LOURENÇO, A. S (Org). *Sociabilidade Burguesa e Serviço Social*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.



Atitudes de racismo no contexto escolar: desafios para uma aprendizagem histórica significativa

Em 2003, é sancionada no Brasil a Lei 10.639/03, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, incluindo no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”. A referida lei, em seu Artigo 26-A, define que

Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de

todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras. (BRASIL, 2003).

Apesar da obrigatoriedade da lei, e passados 21 anos de sua promulgação, ainda se constata atitudes de preconceito e racismo no contexto escolar. Atitudes como essas foram percebidas por acadêmicos do curso de Licenciatura em História no período em que realizavam os estágios obrigatórios, conforme relatado:

Durante uma visita que fiz a [...] escola pude presenciar alunos [...] do ensino fundamental II, fazendo uma “brincadeira” com um aluno em relação ao cabelo que ele usava. Durante esse episódio pude perceber que o aluno negro ficou desconfortável, enquanto os outros em sua maioria de pele clara, achavam engraçado a situação de constrangimento em que submetiam o colega falando a respeito do cabelo [...] (Relato do Acadêmico²).

A partir desse relato e pesquisas realizadas em contexto escolar, pode-se dizer que tem sido um desafio, por parte dos professores, especialmente da educação básica, o enfrentamento das situações de discriminação racial nas escolas, pois, segundo Valente e Dantas (2021),

a discriminação racial é uma prática social que possui suas origens na história do Brasil escravocrata. Como reflexo dessa estrutura social, a presença da discriminação racial no espaço escolar se dá de forma insidiosa e, muitas vezes, naturalizada e/ou invisibilizada. Contudo, a educação nacional de uma sociedade democrática deveria se preocupar com a educação antirracista, sobretudo em um contexto de desigualdade social profundamente relacionada com o racismo estrutural da sociedade brasileira [...].

Nesse sentido, tendo como preocupação um ensino antirracista, quando organizamos a matriz curricular do nosso curso, em 2018, propusemos disciplinas que buscam subsidiar o acadêmico com conteúdos que atendam aos preceitos das leis supracitadas, bem como a especificidade das questões étnico-raciais. Nesse sentido, ofertamos duas disciplinas que contemplam as Leis 10.639/03 e 11.645/08, a saber:

História e Cultura dos Povos Africanos no Brasil e História e Cultura Indígena no Brasil. Lembrando que a Lei 11.645/08 complementa e modifica a de 2003, pois “estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática ‘História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena’” (BRASIL, 2008).

Além disso, ofertamos disciplinas que tratam desses conteúdos, como: História da África, História dos Direitos Humanos e História do Tempo Presente, bem como, durante as disciplinas com atividades práticas, essas reflexões são contempladas, sempre que necessário.

Apresentamos neste relato, de forma breve, como as questões étnico-raciais e o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira têm sido privilegiadas ao longo do curso, com o objetivo de contribuir para uma aprendizagem histórica mais significativa para nossos acadêmicos e futuros professores-historiadores.

Rosi Terezinha Ferrarini Gevaerd

REFERÊNCIAS:

BRASIL. **Lei 10.639/2003**, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília.

BRASIL. **Lei 11.645/08** de 10 de março de 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília.

VALENTE, Gabriela; DANTAS, Adriana Santiago Rosa. **Práticas docentes e relações étnico-raciais: Reflexos da sociedade brasileira**. Cadernos de Pesquisa. São Paulo, v. 51, 2021. Artigo e07327. <https://doi.org/10.1590/198053147327>
Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/MLCGnnTDC78bg8DBH7hyx7m/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 12.03.2024.



Aprofundando os desafios contemporâneos para a formação no ensino superior: uma perspectiva integrada

A transformação do ensino superior é um reflexo direto das dinâmicas sociais e tecnológicas contemporâneas, demandando uma pedagogia que não apenas responda às necessidades imediatas, mas também antecipe e forme indivíduos preparados para os desafios futuros. Nesse contexto, a obra de António Nóvoa, somada às contribuições de Paulo Freire, John Dewey e Carl Rogers, oferece uma base teórica robusta para repensar e fortalecer a formação docente no ensino superior, destacando a importância da pedagogia universitária em face dos desafios contemporâneos.

Ressalta-se a necessidade de reconhecer os professores universitários primordialmente como educadores, independentemente de sua área de especialização. Essa visão alinha-se ao princípio de que o ensino é a essência da missão universitária (NÓVOA, 2023).

Em harmonia com esse pensamento, Paulo Freire

(1996) argumenta que a educação deve ser emancipatória, capacitando os alunos a questionarem e transformarem a realidade à sua volta. Tal abordagem pressupõe uma pedagogia dialógica, em que o conhecimento é construído coletivamente através da interação entre professores e alunos.

John Dewey (1938), por sua vez, introduz a ideia de educação como uma experiência contínua e integrada à vida, desafiando a concepção de aprendizado como mera preparação para o futuro. Dewey (1938) advoga por uma abordagem educacional que esteja enraizada na experiência, promovendo a reflexão crítica e a aplicação prática do conhecimento. Essa perspectiva ressalta a importância de criar ambientes educacionais que estimulem o pensamento crítico e a curiosidade, elementos essenciais para a formação de cidadãos capazes de navegar e contribuir para uma sociedade em constante evolução.

Complementando essas ideias, Carl Rogers (1969)

ênfatisa a necessidade de uma pedagogia centrada no aluno, que valorize a autonomia, a liberdade e o desenvolvimento pessoal. Rogers propõe que o ensino deve ser facilitado de maneira a permitir que os estudantes se engajem ativamente em seu próprio processo de aprendizagem, explorando seus interesses e potenciais. Esse enfoque reitera a importância de métodos pedagógicos que promovam a autoexploração e o autoconhecimento, contribuindo para uma formação integral dos estudantes.

Integrando essas perspectivas, a formação docente no ensino superior emerge como um processo complexo que requer uma reflexão profunda sobre as práticas pedagógicas.

É imperativo que essa formação transcenda a simples transmissão de conteúdos disciplinares, englobando uma abordagem holística que considere a dimensão humana e social da educação. A pedagogia universitária, portanto, deve promover um espaço

de aprendizagem colaborativo, inovador e inclusivo, no qual o diálogo, a reflexão conjunta e a criação coletiva de conhecimento estejam no centro do processo educacional.

Essa abordagem integrada sugere uma redefinição dos papéis dos docentes universitários, que devem se perceber como facilitadores de um processo educativo que é, em sua essência, transformador e emancipatório. Assim, a universidade não apenas se adapta às exigências do presente, mas também desempenha um papel ativo na formação de indivíduos preparados para os desafios do século XXI, contribuindo para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa, igualitária e sustentável.

Ms. Sandra Mara de Lara

REFERÊNCIAS:

Dewey, John. **Experience and Education**. Nova Iorque: Touchstone, 1938.

Freire, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

Nóvoa, António. Desafios e perspectivas contemporâneas da docência universitária: um diálogo com o professor António Nóvoa. **Revista Docência do Ensino Superior**, Belo Horizonte, v. 13, e048009, 2023. DOI: <https://doi.org/10.35699/2237-5864.2023.48009>.

ROGERS, Carl. **Freedom to Learn**. Columbus: Charles E. Merrill, 1969.



Desafios para a formação docente nos cursos de licenciatura: breves reflexões

A formação inicial de docentes no Brasil sempre esteve submetida a interesses diversos e difusos, tanto no que se refere ao público que busca tal formação, como aos projetos políticos e de sociedade que influenciam os currículos da formação em nível superior.

A profissão docente, nas suas diferentes áreas, se transforma ao longo dos tempos e sofre o impacto das decisões dos formuladores das políticas curriculares, a saber, dos órgãos dos sistemas de ensino nas diferentes esferas federativas - Ministé-

rio da Educação, Conselho Nacional de Educação, Secretarias de Educação e Conselhos de Educação Estaduais e Municipais - e também de entidades e grupos de interesse da esfera privada que se articulam ao poder público quanto às mudanças que avaliam como importantes na área educacional, a partir do projeto de sociedade que defendem. Tal influência, por vezes, almeja a formação de pessoas para a atuação em sociedade somente em uma lógica mercantil e não pautada no direito à educação e na formação para o “[...] pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e

sua qualificação para o trabalho.” (BRASIL, 1996).

Esse panorama se demonstra ainda mais complexo, e por que não dizer contraditório, na medida em que, as normativas legais para a formação inicial nos cursos de licenciatura enfatizam, sobremaneira, essa formação cidadã, dentro de uma sociedade plural, em uma perspectiva multicultural e pautada nos princípios do ensino asseverados constitucionalmente e reafirmados na legislação educacional específica.

[...] igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola; a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; o respeito à liberdade e o apreço à tolerância; a valorização do profissional da educação; a gestão democrática do ensino público; a garantia de um padrão de qualidade; a valorização da experiência extraescolar; a vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais; o respeito e a valorização da diversidade étnico-racial, entre outros, constituem princípios vitais para a melhoria e democratização da gestão e do ensino. (BRASIL, 2015).

Dessa maneira, dadas as constantes mudanças a que estão submetidos os cursos de licenciatura pelos órgãos reguladores, ao sabor de cada projeto político dos diferentes governos e ao lobby por dentro das esferas decisórias, se coloca em risco tanto a autonomia das Instituições de Ensino Superior (IES), como também a qualidade do currículo dos cursos e a formação dos(as) discentes. Isso não significa afirmar que não haja necessidade de diretrizes e regulação, pois o ensino superior não se trata de um campo sem normas, mas que tais normas não se alterem em desconsideração ao acúmulo histórico de conhecimentos das áreas específicas e nem das políticas que se consolidaram, sobretudo no período pós-década de 2000, em um ambiente nacional mais democrático e com ampla participação das entidades de pesquisa e de classe.

Assim, a formação inicial fica comprometida, pois, antes mesmo de se consolidar um projeto pedagógico

para os cursos de licenciatura, recaem sobre as IES novas regulamentações, transformando as instituições em equipamentos técnicos de adequação de documentos às normas, lhes roubando o espaço e o tempo para o debate sobre a qualidade e a avaliação da oferta, a formação continuada de seus docentes e a sua atuação efetiva no que lhe cabe, considerando o tripé pesquisa, ensino e extensão. Um contexto que surte efeitos na necessária “[...] articulação e integração entre a formação e os conteúdos acadêmicos, disciplinares e da formação pedagógica necessários à constituição do trabalho docente.” (BOLZAN; POWACZUK, 2017, p. 127).

Tal cenário tende a ser ainda mais desafiante, considerando os resultados do último Censo da Educação Superior, que demonstra claramente a pouca atratividade dos jovens pelos cursos de licenciatura, com queda de matrículas nos últimos dez anos (BRASIL, 2024), um fenômeno que se relaciona à desvalorização da profissão docente e que deve ser objeto de atenção, estudo e análise (SILVA et al, 2019).

Outro aspecto que se torna particularmente relevante no que tange à qualidade dos cursos, é o que nos indica Oliveira (2023, p. 1) ao destacar que as matrículas foram migrando das IES públicas para as privadas e que, no ano de 2022, “[...] foram registrados 789,1 mil ingressantes em cursos de licenciatura. Desses, 81% foram na educação a distância (EaD)”. Ou seja, se coloca o desafio da oferta de qualidade para as IES privadas na modalidade do ensino a distância. De acordo com a autora, “[...] nas instituições privadas, 93,7% dos egressos desse tipo de graduação foram no formato EaD, enquanto na rede pública são 22,2%. Ou seja, a cada 100 alunos de cursos de licenciatura, 64 estudam a distância”.

Desse modo, e com o anúncio recente da avaliação anual dos cursos, assim como da iminente homologação das novas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissional do Magistério da Educação Escolar Básica (cursos de licenciatura, de formação pedagógica para graduados não licenciados e de segunda

licenciatura), Parecer CNE/CP n.º 4/2024 (BRASIL, 2024) e o projeto de Resolução previsto - um documento que merece análise aprofundada à luz das Diretrizes de 2015 e do avanço dos estudos do período - se evidencia um cenário de novas mudanças. Cabe às IES uma dedicação ao que se anuncia, não somente para as adequações necessárias, mas

repensando as condições para que tais adequações reverberem na qualidade da formação ofertada nos cursos de licenciatura.

Prof.^a Dra. Soeli Terezinha Pereira

REFERÊNCIAS:

BOLZAN, D. P. V.; POWACZUK, A. C. H. Processos Formativos nas Licenciaturas: Desafios da e na Docência. **Roteiro**. UNOESC [online]. 2017, vol.42, n.1, pp.107-132. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S2177-60592017000100107&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 13 abr. 2024.

BRASIL. Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Presidência da República**, Casa Civil, Brasília, DF, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 13 abr. 2024.

BRASIL, Parecer CNE/CP n.º 15, de 1º de julho de 2015. **Ministério da Educação**, Conselho Nacional da Educação, Conselho Pleno. Brasília: MEC, CNE/CP, 2015. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=136731-rcp002-15-1&category_slug=dezembro-2019-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 13 abr. 2024.

BRASIL, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Resumo técnico do Censo da Educação Superior 2022** [recurso eletrônico]. – Brasília, DF: Inep, 2024. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_educacao_superior_2022.pdf. Acesso em: 13 abr. 2024.

BRASIL, Parecer CNE/CP n.º 4, de 12 de março de 2024. **Ministério da Educação**, Conselho Nacional da Educação, Conselho Pleno. Brasília: MEC, CNE/CP, 2024. (Em homologação). Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=256291-pcp004-24&category_slug=marco-2024&Itemid=30192. Acesso em: 13 abr. 2024.

OLIVEIRA, D. Os desafios dos cursos de licenciatura no Brasil. **Desafios da Educação**. Disponível em: <https://desafiosdaeducacao.com.br/os-desafios-dos-cursos-de-licenciatura/>. Acesso em: 13 abr. 2024.

SILVA, O. O. N. da; MIRANDA, T. G. BORDAS, M. A. G. Condições de trabalho docente no Brasil: ensaio sobre a desvalorização na educação básica. **Jornal de Políticas Educacionais**. V. 13, n. 39. Novembro de 2019. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/jpe/article/view/68301/39735>. Acesso em: 13 abr. 2024.



Desafios do ensino superior à distância sob viés do curso superior de tecnologia em gestão pública

O ensino superior permite aos estudantes acessar uma variedade de ideias, culturas e perspectivas, fundamentais na formação de sujeitos críticos à realidade e na construção de uma sociedade mais inclusiva e equitativa. Para além, a formação superior proporciona melhores oportunidades de trabalho e renda, acarretando, conseqüentemente, em melhora na qualidade de vida. No entanto, condições socioeconômicas e espaciais por vezes dificultam o ingresso a essa etapa de ensino, afastando diversos indivíduos que almejam realizar um curso de graduação.

A história do ensino superior no Brasil é marcada por reformas educacionais significativas, reflexo das dinâmicas políticas, econômicas e sociais, que oportunizaram uma crescente expansão e democratização do acesso à educação superior, tendo como um de seus principais desafios proporcionar uma educação acessível e inclusiva, sem, contudo,

comprometer sua qualidade.

Nesse sentido, novas estratégias são necessárias para enfrentar os desafios postos pela sociedade, e o ensino distância se apresenta como caminho para novos horizontes educacionais. O avanço da tecnologia, a expansão da internet, bem como o desenvolvimento de plataformas e metodologias específicas têm possibilitado a criação de cursos de graduação que podem ser ofertados e acessados em qualquer lugar, uma vez que se descentraliza dos polos urbanos e se ramifica para as regiões mais afastadas.

Diante desse contexto, se apresenta o Curso superior de Tecnologia em Gestão Pública, que tem como objeto a administração dos recursos e serviços públicos, visando atender às necessidades da sociedade de forma eficiente e transparente. Segundo o Mapa do Ensino Superior no Brasil (2023), dentre os cursos de graduação a distância mais procurados do Brasil, encontra-se o curso de Gestão Pública,

ocupando na rede privada a 15ª posição e na rede pública a 11ª. Esses dados apontam a existência de uma significativa procura pelo curso na modalidade a distância e reflete a crescente demanda por profissionais capacitados para atuar no setor público e que estejam aptos para o enfrentamento dos desafios complexos e multifacetados postos pelas instituições governamentais.

Para desenvolver o Curso Superior Tecnologia em Gestão Pública da faculdade Unina, a instituição passou por diversos desafios. Dentre eles, o esforço e dedicação na construção da matriz curricular, a fim de garantir um currículo abrangente e atualizado, incorporando conceitos de administração, economia, direito, ciência política e outras disciplinas relevantes. Além de proporcionar aos alunos oportunidades práticas de aprendizado, por meio de projetos que dialoguem com a realidade de cada estudante, bem como com órgãos governamentais e organizações da sociedade civil.

Outro ponto importante se dá na contratação e formação continuada de professores, sendo imprescindível que sejam formados na área, possuam experiência no campo da gestão pública, estejam engajados em pesquisas relevantes para o setor e proporcionem aos estudantes um atendimento hu-

manizado e individualizado a partir da especificidade de cada um. A formação de uma equipe docente diversificada e talentosa é essencial para garantir a qualidade do ensino e a formação integral dos estudantes.

Para além, é preciso estar atento às mudanças no cenário político, econômico e social, adaptando constantemente o curso para acompanhar o fluxo da sociedade e de novos desafios que possam surgir. Isso requer flexibilidade e capacidade de inovação por parte da instituição, bem como um diálogo contínuo com profissionais da área pública.

Por fim, apesar dos desafios, o Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública representa uma oportunidade ímpar para contribuir de forma significativa no desenvolvimento e aprimoramento das práticas de governança em todo o país. Ao formar profissionais capacitados e engajados, o ensino superior desempenha um papel fundamental na promoção da eficiência, transparência e responsabilidade no setor público, contribuindo para o bem-estar e o progresso da sociedade como um todo.

Professora Tieme Carvalho Nishiyama

REFERÊNCIAS:

FACULDADE UNINA. **Projeto Política Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública**. Disponível em: <https://bit.ly/4d5kloq> Acesso em: 12/04/2024.

INSTITUTO SEMESP. **Mapa do Ensino Superior 2023**. Disponível em: <https://bit.ly/4b1XGAo>. Acesso em: 12/04/2024.

OBSERVATÓRIO DA INDÚSTRIA. **Perspectivas e desafios da educação superior**. Disponível em: <https://bit.ly/4aFNnSY> Acesso em: 12/04/2024.

OLIVEIRA, Fátima Bayma de; SAUERBRONN, Fernanda Filgueiras. **Trajetória, desafios e tendências no ensino superior de administração e administração pública no Brasil: uma breve contribuição**. RAP. Rio de Janeiro. Edição Especial Comemorativa 149-70, 2007.

*Cursos de graduação,
pós-graduação e extensão
universitária*

Saiba mais em nosso site:

www.unina.edu.br



**FACULDADE
UNINA**

CURITIBA E REGIÃO:

(41) 3123 9000

DEMAIS LOCALIDADES:

4003-3741

Rua Claudio Chatagnier, nº 112, Bacacheri • CEP 82520-590
Curitiba/Paraná